

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Ensino de História nas escolas da rede pública de Dourados - MS, no período de 1971 a 2002, um estudo de caso da E. E. Presidente Vargas - Reflexões Preliminares.

Irene Quaresma Azevedo Viana*¹

Resumo: O presente trabalho corresponde à parte da Dissertação de Mestrado em História, que está em andamento: O Ensino de História nas escolas da rede pública de Dourados, no período de 1971 a 2002 – “um estudo de caso da E. E. Presidente Vargas”. Pretendemos fazer uma introdução fundamentada em aspectos que efetivaram o ensino público de História nas escolas brasileiras, onde teceremos algumas considerações para entender as razões da introdução do Ensino de História na Educação Básica no então Estado de Mato Grosso e particularmente nas escolas públicas de Dourados-MS. Discorreremos sobre o processo de escolarização e como a Disciplina de História foi sendo incorporada no currículo escolar, apontando os objetivos e a importância deste ensino e especificamente tratar das práticas escolares que envolveram o Ensino de História no período de 1971 a 2002 na E.E. Presidente Vargas em Dourados-MS.

Palavras – chave: ensino – história – escola

Abstract: The present work corresponds to the part of the Dissertação de Mestrado in History, that is in progress: Ensino de História in the schools of the public net of Golden, in the period of 1971 a 2002 - "study of case of And And President Vargas". We intend to make an introduction based on aspects that had accomplished the public education of History in the Brazilian schools, where we will weave some considerações to understand the reasons of the introduction of Ensino de História in the Been Basic Education in then of Mato Grosso and particularly in the public Dourados-MS schools. We will discourse on the escolarização process and as Disciplina de História was being incorporated in the pertaining to school resume, pointing the objectives and the importance of this education and specifically to deal with the practical pertaining to school that had involved Ensino de História in the period of 1971 a 2002 in the E.E. President Vargas in Dourados-MS.

Keywords: education - history - school

Ao analisar o ensino de História durante a década de setenta do século XX no contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 5692/71, visando observar a aplicação da lei no Ensino de História num contexto particular é pertinente à análise de alguns pontos como a conjuntura política e social do período; a política educacional brasileira nos anos 70 e respectiva legislação; a História do Ensino no Brasil, e por fim, a História do Ensino de História no Brasil.

¹* VIANA, Irene Quaresma Azevedo – Mestranda em História/UFGD, Professora Multiplicadora do NTE/Dourados, email:ireneviana_4@hotmail.com

Pode-se assinalar que a década de setenta do século XX, no Brasil, foi marcada por grandes mudanças no aspecto econômico, social, político e também educacional, pois, durante essa década, vivemos o “milagre econômico”, os desdobramentos da promulgação do AI-5 (em fins de 1968), o recrudescimento da ditadura e as Reformas Educacionais do Ensino Primário e Secundário.

Este último ponto, aliás, é o que mais nos interessa, pois nosso recorte cronológico se dá principalmente em função da Reforma Educacional ocorrida em 1971, cujo aparato legal foi a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 5692/71, que reformulou o ensino em importantes aspectos tais como: torna-se obrigatório a escolaridade para crianças entre sete e quatorze anos; o Ensino Fundamental passa a ser realizado em oito anos (1ª a 8ª série); é extinto o exame de admissão; e o Ensino Secundário passa a ser de três ou quatro anos, de cunho totalmente voltado para o ensino técnico. Em suma, a Lei 5692/71, fixava o objetivo geral da educação da seguinte forma: “Art. 1º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a função necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo consciente da cidadania.”(LEI 5692,1971).

Podemos então perceber no artigo primeiro da Lei 5692/71, que um dos principais objetivos da Reforma Educacional, era formar “cidadãos” aos moldes do governo vigente e trabalhadores qualificados, já que o Ensino Secundário passou a ser totalmente voltado para o tecnicismo.

Outro ponto que merece ser ressaltado a respeito da LDB 5692/71, diz respeito ao Ensino de História, este sim, de acordo com Selva Fonseca: “[...] constituiu-se alvo de especial atenção dos reformadores. Constatamos, neste período estudado, sobretudo após 1968, uma série de mudanças no Ensino de História. Num primeiro momento elas se processavam em estreita consonância com as diretrizes políticas do poder do Estado[...].”(FONSECA, 1993:25).

A citação acima nos revela a preocupação do regime vigente com o Ensino de História, já que esta disciplina tem por essência a análise crítica de conteúdos, o que não era o interesse dos militares, pois a estes não era interessante a formação de pessoas com visão crítica. O Ensino de História foi substituído, então, nas séries iniciais pela disciplina Estudos Sociais, disciplina que englobava conhecimentos de História e Geografia. Já nas séries seguintes dos Ensinos Fundamental e Secundário, exceto no último ano do Secundário, o

ensino de História era ministrado por professores formados nos cursos de licenciatura curta mais estudos adicionais e/ou formados em licenciatura plena.

Ainda durante a década de 70 podemos observar as conseqüências e desdobramentos da Reforma Universitária de 1968, em perfeita consonância com a legislação seguinte, a LDB 5692//71, já que, teoricamente, de acordo com esta reforma, caberia aos professores a tarefa de passar os conteúdos pré-selecionados pelo governo e ao aluno, recebê-los.

Alguns autores mencionam a escassez de uma produção historiográfica sobre o Ensino de História envolvendo fontes não-oficiais. Esta pesquisa, buscando ocupar essa lacuna, está sendo desenvolvida, em grande parte, junto a fontes não-oficiais e relatos de professores que atuaram na Escola Estadual Presidente Vargas, localizada no município de Dourados - MS. Os documentos oficiais e não-oficiais e as experiências contadas pelos professores podem retratar com uma maior riqueza as experiências vividas dentro da escola. A partir da análise destas fontes buscaremos relacionar as práticas escolares com os relatórios e pareceres emitidos ao Governo pela Escola, para verificar até que ponto ocorria à aplicação da LDB 5692/71. Devemos considerar ainda a posição social da escola no município e seu contexto frente ao cenário nacional.

A escolha desse método de trabalho tem respaldo na seguinte afirmação de Décio Gatti Junior:

[...] seja na formulação de interpretações ou análises que dêem conta do presente ou do passado, as escolas apresentam-se como locais que portam um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias, e, sobretudo, sobre a história da educação brasileira [...] (GATTI, 2002: 04).

O estudo e a utilização das fontes não oficiais, podem nos enquadrar no domínio da História Cultural, que tem sido freqüentemente citada e discutida por historiadores da educação.

Para complementar o pensamento acima, Pesavento afirma em termos gerais “[...] que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprio e o mundo [...]” (PESAVENTO, 2003:42).

É oportuno destacarmos que na década de 70 do século XX, transformações de grande importância ocorreram em âmbito da geopolítica brasileira, referimo-nos em especial à criação do Estado de Mato Grosso do Sul, desmembrado de Mato Grosso, através da lei

complementar número 31, sancionada pelo Presidente Ernesto Geisel em 11 de Outubro de 1977. Essa divisão marca uma nova fase na história política administrativa do novo estado. Entretanto, poucas são as alterações no que se refere às questões políticas relativas aos interesses imediatos das forças sociais que davam sustentação ao regime militar, principalmente, dos grupos latifundiários do Sul de Mato Grosso - e a ampliação da base parlamentar da ditadura militar para dar sustentação à chamada abertura lenta e gradual implementada pelo governo de Ernesto Geisel.

Foi nesse momento de mudanças políticas que marcou o início de Mato Grosso do Sul, que é elaborado o 1º Plano Estadual de Educação do Estado, estabelecido para o período de 1981 a 1983, o qual traz objetivos quantitativos e qualitativos para a expansão e o aperfeiçoamento do ensino, quanto à construção e equipamentos, treinamento de recursos humanos, elaboração de diretrizes curriculares, entre outros. Com poucos meses de trabalho a Profª Marisa Joaquina Serrano Ferzelli, então Secretária de Educação e sua equipe, elaboram o primeiro Plano Estadual de Educação (IPEE)² que ela define como sendo:

“... um documento que, embasado no diagnóstico das realidades regionais do Estado, em articulação com o III Plano Nacional de Desenvolvimento e em consonância com as prioridades definidas pelo III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, servirá de referência para o estabelecimento e o desencadear de uma “nova” ação educativa para um “novo” Estado”. (SOUZA, 1997:187).

O 1º Plano Estadual de Educação de MS – (I PEE), apresenta-se como subsídio para uma nova metodologia a ser executada no período de 1981/1983.

Com esse Plano a educação no Estado de MS inicia uma nova e necessária etapa de fundamental importância para o seu desenvolvimento. A estrutura básica desse trabalho, atendendo às metas prioritárias estabelecidas pelo III Plano Setorial de Educação e Cultura, buscou diagnosticar em termos físicos, demográficos, econômicos e educacionais a realidade do Estado estabelecendo diretrizes, prioridades, objetivos, mecanismos de ação e avaliação para a Educação no Meio Rural e Periferias Urbanas, Valorização de Recursos Humanos e Desenvolvimento Cultural.

Nota-se um fato curioso constante na redação do plano no que diz respeito às características demográficas, o texto diz: “[...]55% da população vivem nas zonas rurais, o que foge à tendência nacional de concentração urbana. A área que apresenta maior concentração populacional é a dos municípios que compõem a “Grande Dourados” onde se

² I Plano Estadual de Educação (IPEE) – Campo Grande: Secretaria de Educação/MS, 1981.

encontram densidades demográficas variando de 10 a 150 hab/km², quando a média geral de habitante por km² no estado é 4hab/km²[...]” (I PEE, 1981).

Esses dados nos mostram o quanto essa região considerada Microrregião – Campos de Vacaria e Mata de Dourados, envolvendo nessa época 20 municípios, era promissora.

Quanto às orientações pedagógicas: as “Diretrizes Curriculares do Ensino de 1º Grau, 1ª a 4ª série, foram implantadas em Campo Grande. Nas cidades de Aquidauana, Corumbá, Três Lagoas, Dourados, apenas nas 1ªs séries. Em caráter experimental, as Diretrizes foram implantadas em algumas escolas de Fátima do Sul e Paranaíba. Nos outros municípios continua o ensino tradicional, havendo escolas que trabalham o nível de disciplinas e/ou áreas de estudos.

Um dos aspectos positivos do Plano foi à tentativa de envolver um número maior de elementos no processo de pensar a Educação e reconhecer o papel de outras instâncias da vida no trabalho educativo da escola. Como diz o documento: “Este Plano visa fornecer a todos os elementos engajados no processo educacional uma tomada de posição, envolvendo não somente a escola, mas toda a comunidade, de cuja participação na execução e na avaliação, o sistema não pode prescindir”. (SOUZA, 1997:188).

Não constam no I PEE o número de professores habilitados, nem quais as habilitações que predominam. Como nosso foco de interesse específico é o Ensino de História e não está contemplado nada específico por área do conhecimento no I PEE, optamos em apenas pontuar alguns elementos de forma mais geral sobre o campo educacional do Estado recém-criado.

Quanto ao tema de pesquisa que está em andamento: O Ensino de História, nas escolas da Rede Pública de Dourados, no período de 1971 a 2002, um estudo de caso da E.E. Presidente Vargas em Dourados – MS salientamos que até esse momento a pesquisa se limitou a fontes bibliográficas e análises de documentos, estes, porém não incorporados ao texto ainda. Posteriormente utilizaremos fontes orais com depoimentos de ex-alunos, ex-professores e professores para analisar como aconteceu de fato o ensino de História na Escola Estadual Presidente Vargas, a partir de 1971 a 2002.

Para compreendermos melhor a Educação no município de Dourados recorremos a Maria Diléia Espíndola Fernandes e Dirce Nei Freitas, onde afirmam que:

A história da educação formal, no município de Dourados, inicia-se nas duas primeiras décadas do século XX marcada pela iniciativa privada. Primeiramente o ensino realizado pelas próprias famílias: alfabetização, leitura, primeiras noções

gerais e de cálculo. A seguir, a ida à escola da fazenda para o ensino primário com o professor itinerante ou, na vila, a ida à escola particular na casa do próprio professor (FERNANDES, 2001).

Partindo da afirmação das autoras, constatamos que nas primeiras décadas do século XX, a Educação em Dourados, não era oferecida pelos governos constituídos. Ainda de acordo com as autoras a partir dos anos 1930, além dos professores itinerantes na zona rural começaram a existir na vila escolas particulares de vários professores, como a Escola Reunida do Prof. Ernani Rios e Antônia Cândido de Melo, a Escola Moderna (escola ativa), a de Laucídio Paes de Barros, de Gonçalo e a de Antônia da Silveira Capilé. Em 1939 foi criada a primeira escola com turmas de 1ª a 4ª série: a escola particular Erasmo Braga da Igreja Presbiteriana do Brasil, sem contar ainda com a presença do Estado na Educação formal do agora município, Dourados, a iniciativa privada ampliou-se em 1941 quando a Igreja Católica criou a Escola Paroquial “Imaculada Conceição”. As escolas particulares urbanas contavam, então, com escolas de jardim de infância e primário. (FERNANDES, 2001).

O Estado se fez presente no município de Dourados, primeiramente com oferta do ensino primário nos anos 1940. A esfera municipal criou, no início dessa década, a primeira escola municipal e ampliou sua atuação nos anos subseqüentes. Em 1946, o Decreto Municipal nº 70 estabelecia o regulamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados e, no seu art. 22, determinava a oferta de “instrução primária” gratuita para os filhos de colonos, Estabelecia-se, assim, a política de oferta e regulação da educação pública municipal voltada para a área rural (FERNANDES, 2001).

No período de 1943 a 1950 verificou-se a atuação federal, na região, com a construção de 12 escolas pela administração da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Tem-se a informação de que no início da colonização foram instaladas 150 escolas no Núcleo Colonial de Dourados, as quais foram transferidas para as Prefeituras Municipais.

No início dos anos 1950, também se fez presente o ensino estadual com a criação do Grupo Escolar “Joaquim Murtinho”, oferecendo o então ensino primário (1ª a 4ª séries). Também segundo Fernandes & Freitas se a década de 40 e o início da de 50 foram marcados pela organização e ampliação da ação pública no ensino em Dourados, toda a década de 50 registrou a expansão da iniciativa particular no ensino. Ainda em 1950 foi criado o Patronato de Menores. Em 1954 a escola particular Oswaldo Cruz passou a oferecer além do primário o ensino ginásial diurno e noturno. Em 1955, foi criada a escola particular “Imaculada Conceição”, funcionando em dois períodos, em regime de internato e semi-internato. Em

1958, foram criados os estabelecimentos particulares “Ginásio Nossa Senhora da Conceição” e a “Escola Normal Nossa Senhora da Conceição”. O Patronato de Menores transformou-se no estabelecimento denominado “Educandário Santo Antônio”. Em 1955 começa a funcionar a primeira escola estadual com oferta do ginásio denominada “Ginásio Estadual Presidente Vargas”, a qual é nosso foco de estudo, essa escola criada na década de 1950, oferece o “Ensino de História” desde a sua criação o que contempla o nosso objeto de pesquisa.

A Escola Estadual Presidente Vargas foi criada por meio da Lei 427, de 2 de outubro de 1955, recebendo a denominação de Ginásio Presidente Vargas. A área de 10 mil metros quadrados, localizada ao sul da Rua Oliveira Marques, foi doada pelo professor Celso Muller do Amaral, que foi o primeiro diretor da instituição. Segundo documentos oficiais da escola, Celso Muller do Amaral e o pai Vlademiro Muller do Amaral conversaram com o então governador do MT, Fernando Correia da Costa, que providenciou toda papelada.

Segundo o Prof^o Nei Elias Coineth que assumiu a direção da escola no início de 2005, a estrutura física da escola, conta no momento com 24 salas de aulas, uma sala para deficientes visuais, uma sala de informática, além de um corpo docente qualificado. Em 2005, em comemorações aos 50 anos da escola foi desenvolvido o Projeto: “Vargas 50 anos”, com exposição de fotos e documentos que segundo os organizadores resgatam a história da mais tradicional escola de Dourados e também a maior em número de alunos, sendo também a segunda maior escola pública do Estado de Mato Grosso do Sul. Participaram desse projeto todos os 2.500 alunos matriculados nos Ensinos Fundamental, Médio e Cursinho Popular³, coletaram desde o início do ano letivo de 2005, documentos, fotografias e objetos, que constituíram a história da escola. Também foi produzido um vídeo pelos alunos, no qual ex-diretores relembram momentos marcantes deste cinquentenário, partes destes documentos serão utilizados como fontes nesta pesquisa.

Sobre os documentos encontrados nos arquivos da E.E. Presidente Vargas, há registros de vida funcional dos professores, atas diversas e documentos oficiais, porém, especificamente registros pedagógicos, como planos de aulas, provas, tipo de materiais didáticos utilizados pelos professores que atuaram no Ensino de História, não existe nada disponibilizado, isso porque a escola não tendo um lugar adequado para guardar tais documentos, segundo informação da direção, incinera-os. Partindo dessas informações, sendo meu objeto de estudo a partir de 1971, utilizarei fontes orais, através de entrevistas com ex-

³ Curso Popular Pré-Vestibular (CPPV) foi instituído pelo governo estadual, primeiramente em 2001 apenas em Campo Grande, e a partir de 2004 se fez presente em mais 25 municípios do Estado, incluindo Dourados, por meio da Secretaria de Estado de Educação (SED).

professores, ex-alunos, para entender como se deu o “Ensino de História” nos diferentes períodos analisados, bem como os documentos oficiais que a escola dispõe.

Referências Bibliográficas:

- BITTAR, Marisa, *Mato Grosso do Sul: Do Estado sonhado ao Estado Construído (1892 – 1997)*. Tese de doutorado, USP, 1997. 538p.
- FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola & FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. *Percursos e Desafios da Municipalização do Ensino Fundamental em Dourados-MS – DED – UFMS*.(disponível em: [www .anped.org.br/26/trabalhos/mariadilneiaespindolafernandes.rtf](http://www.anped.org.br/26/trabalhos/mariadilneiaespindolafernandes.rtf) -).
- FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas: 6ª edição, Papirus, 1993,
- FONSECA, Thaís Nívea de Lima e & VEIGA, Cynthia Greive (Orgs). *História e Historiografia da Educação no Brasil. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2003*
- LEI DE DIRETRIZES E BASES – LDB - *de 1º e 2º graus* (Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971).
- GATTI, Décio.J: *A história das instituições educacionais. Novos temas em História da Educação Brasileira*. (orgs) José Carlos Souza Araújo & Décio Gatti Junior . Campinas – SP:Autores Associados; Uberlândia – MG EDUF, 2002
- I Plano Estadual de Educação (IPEE) – Campo Grande: Secretaria de Educação/MS, 1981.
- PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003,
- SOUZA, Cláudio Freire de, 1997
- TOALDO, Ciro José. *O Novo Sindicalismo e a Mobilização dos Professores da Rede Pública Estadual Sul-Mato-Grossense:Avanços e Rupturas (1979/1992)* – Dissertação de Mestrado, UFMS – 2003.
- SOUZA, Cláudio Freire de *Terra e Poder em Mato Grosso do Sul – As Alianças políticas e os Projetos de Educação*, Tese de Doutorado em Educação, UNIMEP – Piracicaba, SP, 1997.